

A "politização" do Executivo

ANTONINHO MARMO TREVISAN

P2

Temo que o currículo do ministro Fernando Henrique, a unanimidade da sua aceitação no cargo e o ataque certo da sua intenção de, finalmente, gerenciar a contabilidade pública, não sejam suficientes para contornar a índole do nosso Presidente. Temo, ainda, que o ministro não disponha de tempo, oportunidade e paciência para conduzir a economia do País, desvinculando-se definitivamente do papel que, anos a fio, vinha desempenhando no Legislativo. Fico assustado quando ouço o ministro se declarar contra o aumento do preço dos combustíveis, argumentando que a população não suportaria mais esse encargo, porque me parece que, assim, ele estaria agindo muito mais como um parlamentar do que como um homem do Executivo, mais ainda, quando tal raciocínio vai frontalmente contra ao que vêm apregoando: sentar no caixa e controlar os gastos, como fazem o empresário e o comerciante quando no seu negócio, sai mais dinheiro do que está entrando.

Não é hora de fazer política, no senso estrito da palavra. É hora de administrar e me preocupa, sim, quando vejo tanto tempo perdido com a revoada de governadores a Brasília, a cada ministro que cai, a cada lote de cargos prontos a serem leiloados, porque como cidadão e contribuinte, tenho a sensação desagradável de ser tratado sem o devido cuidado. Não me parece que os Partidos demonstrem, ao cuidar dos serviços públicos, o entusiasmo correspondente à com que se inserem no governo, nem consta que assumam a responsabilidade por prejuízos ou



27 JUL 1993

É HORA DE PENSAR EM
TRAPAÇA SE UMA ESTATAL NÃO
LUCRA COM A DESCULPA DE
QUE ATENDE UMA FUNÇÃO SOCIAL.

maus resultados que eventualmente produzem. As ações não passam de empreitadas isoladas e sem rumo certo a não ser o de interesses específicos. Prova disso a posição surpreendente da Câmara Municipal de São Paulo no caso das contas da prefeita Erundina, contestadas pelo Tribunal de Contas. Embora a prefeita tivesse encaminhado à Câmara o laudo de consultorias independentes que corroboraram a lisura do que foi contabilizado na sua gestão, a prefeita foi condenada, apenas porque não foi possível negociar o número de votos suficientes a seu favor. Uma negociação política e não técnica, mesmo que a questão fosse técnica e não política. É especialmente preocupante a disputa acirrada pela indicação de cargos de direção nas estatais. O indivíduo que é indicado atendendo a interesses po-

líticos sente-se muito mais comprometido com quem o indicou do que com a instituição, é natural, e seria ingênuo acreditar que a sua administração vá se dar de forma absolutamente imparcial. O que veio destruindo ao longo do tempo o fabuloso patrimônio das nossas estatais foi em grande parte, o uso social que se pretendeu dar a elas. Só é possível fazer justiça social com empresa que dá lucro. Portanto, é hora de pensar, no mínimo, em trapaça se uma estatal não dá lucro com a desculpa de que atende a uma função social. Sob esse aspecto, há um grande descompasso entre o setor privado e setor público brasileiros. A exacerbação da crise colocou o empresariado nacional na reta da concorrência e da verdade incontestável de que o mundo caminha para se desvincular cada vez mais o Estado da iniciativa

privada.

Se em algum momento da vida nacional essa ligação foi necessária e desejável, depois, se tornou um hábito discutível, se não, pernicioso, esse, de manter o governo como parceiro favorito e frequente do setor privado. Isso só fez impedir que o relacionamento do empresariado com os trabalhadores, com a classe política, os sindicatos amadurecesse. Hoje, procura-se até com certo desespero, superar essa dificuldade, e o que se vê é que as empresas realizaram ajustes, excepcionais e iniciaram uma nova etapa e uma forma de parceria muito mais produtiva: empregador/empregado, empresa/consumidor. A crise brasileira não se restringe à questão financeira do País. A falta de qualificação da nossa mão-de-obra, o despreparo do nosso mercado para enfrentar a concorrência internacional, a qualidade discutível dos produtos aqui fabricados, também contribuíram para o acirramento da crise. E é exatamente aí que o setor privado está investindo e nessa proposta já ficou provado que é muito mais fácil implantar programas de qualidade em países no Terceiro Mundo e os resultados surgem muito mais rapidamente do que no Primeiro Mundo. Quem sabe, não seja a hora de inverter os papéis e o governo buscar na iniciativa privada a parceria certa?

O AUTOR

Antoninho Marmo
Trevisan é
presidente da
Trevisan Auditores e
Consultores.

